

ESTATUTO da Advocacia e Ordem dos Advogados do Brasil: Lei n.8.906, de 4 de julho de 1994. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

ESTATUTO da Advocacia e Ordem dos Advogados do Brasil: Lei n.8.906, de 4 de julho de 1994. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 257 p. (Coleção Saraiva de legislação). ---  
Localização: 347.965.8(81)(094.4) / B736es/ 2013 / 19.ed

# Índice Sistemático do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB

(Lei n. 8.906, de 4-7-1994)

(Vide, ao final, Índice Alfabético-Remissivo do Estatuto)

## TÍTULO I

<b>DA ADVOCACIA (arts. 1.º a 43)</b> .....	1
Capítulo I – Da atividade de advocacia (arts. 1.º a 5.º) .....	1
Capítulo II – Dos direitos do advogado (arts. 6.º e 7.º) .....	3
Capítulo III – Da inscrição (arts. 8.º a 14) .....	6
Capítulo IV – Da sociedade de advogados (arts. 15 a 17) .....	8
Capítulo V – Do advogado empregado (arts. 18 a 21) .....	9
Capítulo VI – Dos honorários advocatícios (arts. 22 a 26) .....	10
Capítulo VII – Das incompatibilidades e impedimentos (arts. 27 a 30) .....	11
Capítulo VIII – Da ética do advogado (arts. 31 a 33) .....	13
Capítulo IX – Das infrações e sanções disciplinares (arts. 34 a 43) .....	13

## TÍTULO II

<b>DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (arts. 44 a 67)</b> .....	16
Capítulo I – Dos fins e da organização (arts. 44 a 50) .....	16
Capítulo II – Do Conselho Federal (arts. 51 a 55) .....	18
Capítulo III – Do Conselho Seccional (arts. 56 a 59) .....	20
Capítulo IV – Da Subseção (arts. 60 e 61) .....	21

Capítulo V – Da caixa de assistência dos advogados (art. 62) .....	22
Capítulo VI – Das eleições e dos mandatos (arts. 63 a 67) .....	23
<b>TÍTULO III</b>	
<b>DO PROCESSO NA OAB (arts. 68 a 77) .....</b>	<b>24</b>
Capítulo I – Disposições gerais (arts. 68 e 69) .....	24
Capítulo II – Do processo disciplinar (arts. 70 a 74) .....	24
Capítulo III – Dos recursos (arts. 75 a 77) .....	25
<b>TÍTULO IV</b>	
<b>DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS (arts. 78 a 87) .....</b>	<b>26</b>

## Índice Cronológico da Legislação

<b>CONSTITUIÇÃO FEDERAL</b> (dispositivos) .....	112
<b>DECRETOS-LEIS:</b>	
<b>2.407</b> – de 15-7-1940 – Dispõe sobre o exercício da advocacia pelos funcionários ou extra-numerários lotados em qualquer serviço ou repartição policial.....	87
<b>2.848</b> – de 7-12-1940 – Código Penal (dispositivos) .....	87
<b>3.688</b> – de 3-10-1941 – Lei das Contravenções Penais .....	88
<b>3.689</b> – de 3-10-1941 – Código de Processo Penal (dispositivos) .....	88
<b>LEIS:</b>	
<b>1.060</b> – de 5-2-1950 – Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.....	93
<b>3.836</b> – de 14-12-1960 – Dispõe sobre a entrega de autos aos advogados, e dá outras providências .....	96
<b>5.584</b> – de 26-6-1970 – Dispõe sobre Normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho, e dá outras providências .....	98
<b>5.869</b> – de 11-1-1973 – Institui o Código de Processo Civil (dispositivos).....	99
<b>6.838</b> – de 29-10-1980 – Dispõe sobre o prazo prescricional para a punibilidade de profissional liberal, por falta sujeita a processo disciplinar, a ser aplicada por órgão competente .....	108
<b>8.906</b> – de 4-7-1994 – Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB .....	1
<b>9.099</b> – de 26-9-1995 – Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências .....	125
<b>9.307</b> – de 23-9-1996 – Dispõe sobre a arbitragem.....	129
<b>9.615</b> – de 24-3-1998 – Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências .....	130
<b>9.704</b> – de 17-11-1998 – Institui normas relativas ao exercício, pelo Advogado-Geral da União, de orientação normativa e de supervisão técnica sobre os órgãos jurídicos das autarquias federais e das fundações instituídas e mantidas pela União .....	130
<b>9.868</b> – de 10-11-1999 – Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.....	132

<b>10.259</b> – de 12-7-2001 – Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal .....	142
<b>12.153</b> – de 22-12-2009 – Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.....	188

**PROVIMENTOS DA OAB:**

<b>8</b> – de 9-7-1964 – Dispõe sobre o modelo das vestes talares e das insígnias privativas do advogado.....	97
<b>26</b> – de 24-5-1966 – Dispõe sobre a publicação local, pelos Conselhos Seccionais, de todos os Provimentos baixados pela Ordem dos Advogados do Brasil .....	97
<b>42</b> – de 22-8-1978 – Dispõe sobre a uniformização de normas para exame pelas Seções da Ordem dos Advogados do Brasil nos pedidos de transferência de inscrições de advogados .....	107
<b>56</b> – de 17-9-1985 – Revê e consolida normas do Provimento n. 50, de 27 de julho de 1981, sobre a criação, nas Seções, de Comissões de Direitos Humanos.....	109
<b>61</b> – de 16-11-1987 – Dispõe sobre o Colégio de Presidentes dos Conselhos Seccionais.	110
<b>62</b> – de 11-4-1988 – Dispõe sobre a incompatibilidade de que cuida o item XII do art. 84 da Lei n. 4.215/63.....	111
<b>66</b> – de 20-12-1988 – Dispõe sobre a abrangência das atividades profissionais do advogado .....	121
<b>69</b> – de 9-3-1989 – Dispõe sobre a prática de atos privativos por sociedades não registradas na Ordem .....	121
<b>70</b> – de 16-5-1989 – Dispõe sobre a prestação de contas de quantias recebidas por Advogados .....	122
<b>72</b> – de 15-10-1990 – Dispõe sobre a expedição de certidões destinadas a inscrições de Advogados em entidades congêneres no exterior .....	122
<b>83</b> – de 17-6-1996 – Dispõe sobre processos éticos de representação por advogado contra advogado .....	128
<b>84</b> – de 18-6-1996 – Dispõe sobre o combate ao nepotismo no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.....	128
<b>89</b> – de 8-12-1998 – Estabelece normas e critérios de licença aos Conselheiros Federais	131
<b>91</b> – de 13-3-2000 – Dispõe sobre o exercício da atividade de consultores e sociedades de consultores em direito estrangeiro no Brasil .....	133
<b>94</b> – de 5-9-2000 – Dispõe sobre a publicidade, a propaganda e a informação da advocacia .....	136
<b>95</b> – de 16-10-2000 – Dispõe sobre o Cadastro Nacional dos Advogados.....	138
<b>96</b> – de 8-5-2001 – Disciplina o Cerimonial da Ordem dos Advogados do Brasil.....	139
<b>97</b> – de 23-4-2002 – Institui a Infraestrutura de Chaves Públicas da Ordem dos Advogados do Brasil e dá outras providências .....	144
<b>99</b> – de 15-10-2002 – Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Consultores e de Sociedades de Consultores em Direito Estrangeiro.....	145

<b>101</b> – de 9-11-2003 – Dispõe sobre o Processo Administrativo de Prestação de Contas do Conselho Federal e dos Conselhos Seccionais da OAB .....	148
<b>102</b> – de 9-3-2004 – Dispõe sobre a indicação, em lista sêxtupla, de advogados que devam integrar os Tribunais Judiciários e Administrativos.....	152
<b>111</b> – de 12-9-2006 – Dispõe sobre a legalidade de remissão ou isenção, pelos Conselhos Seccionais, do pagamento de contribuições, anuidades, multas e preços de serviços, devidos, pelos inscritos, à Ordem dos Advogados do Brasil .....	159
<b>112</b> – de 10-9-2006 – Dispõe sobre as Sociedades de Advogados .....	160
<b>113</b> – de 10-9-2006 – Dispõe sobre a indicação de advogados para integrar o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público, na forma da Constituição Federal .....	164
<b>114</b> – de 10-10-2006 – Dispõe sobre a Advocacia Pública .....	165
<b>115</b> – de 12-3-2007 – Define as Comissões Permanentes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil .....	166
<b>116</b> – de 17-4-2007 – Cria a Assessoria Jurídica do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.....	168
<b>118</b> – de 7-5-2007 – Dispõe sobre a aplicação da Lei n. 11.441, de 4 de janeiro de 2007, disciplinando as atividades profissionais dos advogados em escrituras públicas de inventários, partilhas, separações e divórcios .....	169
<b>122</b> – de 9-10-2007 – Regulamenta o Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados – FIDA .....	176
<b>123</b> – de 6-11-2007 – Cria a Ouvidoria-Geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.....	178
<b>127</b> – de 7-12-2008 – Dispõe sobre a participação da OAB no cumprimento da decisão judicial que determinar a quebra da inviolabilidade de que trata a Lei n. 11.767, de 2008 .....	180
<b>128</b> – de 8-12-2008 – Estabelece parâmetros de atuação do Conselho Federal da OAB para manifestação em recursos especiais repetitivos (art. 543-C do CPC).....	181
<b>129</b> – de 8-12-2008 – Regulamenta a inscrição de advogados de nacionalidade portuguesa na Ordem dos Advogados do Brasil .....	182
<b>132</b> – de 18-8-2009 – Cria o Cadastro Nacional de Subseções da Ordem dos Advogados do Brasil e dá outras providências.....	186
<b>134</b> – de 18-10-2009 – Dispõe sobre a Corregedoria-Geral do Processo Disciplinar e cria a função do Corregedor-Geral da OAB.....	187
<b>142</b> – de 11-4-2011 – Estabelece vedação para que qualquer órgão da OAB promova, patrocine ou ofereça cursos de preparação para o Exame de Ordem.....	199
<b>144</b> – de 13-6-2011 – Dispõe sobre o Exame de Ordem.....	199
<b>146</b> – de 12-12-2011 – Dispõe sobre os procedimentos, critérios, condições de elegibilidade, normas de campanha eleitoral e pressupostos de proclamação dos eleitos nas eleições dos Conselheiros e da Diretoria do Conselho Federal, dos Conselhos Seccionais e das Subseções da Ordem dos Advogados do Brasil e da Diretoria das Caixas de Assistência dos Advogados e dá outras providências.....	202

**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA:**

- 940** – de 30-6-2003 – Estabelece procedimentos a serem observados pelas Secretarias e Subsecretarias do Tribunal Superior do Trabalho, em face do disposto na Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994, e no Regulamento-Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil..... 147

**RESOLUÇÕES:**

- 9** – de 29-9-2004 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências..... 156
- 558** – de 22-5-2007 – Dispõe sobre o pagamento de honorários de advogados dativos, curadores, peritos, tradutores e intérpretes, em casos de assistência judiciária gratuita, e disciplina os procedimentos relativos ao cadastramento de advogados voluntários e dativos no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo grau e dos Juizados Especiais Federais ..... 170
- 62** – de 11-2-2009 – Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário, os procedimentos relativos ao cadastramento e à estruturação de serviços de assistência jurídica voluntária..... 183

**RESOLUÇÕES CFOAB:**

- 4** – de 4-12-1994 – Dispõe sobre o Processo Disciplinar na OAB..... 123
- 1** – de 7-4-2003 – Cria o Cadastro de Sanções Disciplinares da Ordem dos Advogados do Brasil..... 146
- 3** – de 18-10-2010 – Aprova o Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Processo Disciplinar da Ordem dos Advogados do Brasil ..... 190
- 1** – de 20-9-2011 – Disciplina o processamento de processos ético-disciplinares previstos no art. 70, *caput*, *in fine*, do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei n. 8.906/1994)..... 202